



Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 92.228.410/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas: Submetemos à vossa apreciação as demonstrações financeiras da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, acompanhado do relatório dos auditores independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Sobre a Omni:** A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Omni ou Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento. **Desempenho Econômico-Financeiro:** Em 31 de dezembro de 2023, a Omni possui ativos totais de R\$ 5,9 bilhões (R\$ 5,4 bilhões em 2022), sendo R\$ 4,3 bilhões em 2022) de carteira de crédito líquida composta principalmente por empréstimos e financiamentos, e receitas de intermediação financeira de R\$ 1,8 bilhão (R\$ 1,8 bilhão). O patrimônio líquido é de R\$ 705 milhões em 2022). O prejuízo no exercício é R\$ 157 milhões (prejuízo de R\$ 65 milhões em 2022).

São Paulo, 26 de março de 2024

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Exercício		Passivo	Nota	Exercício	
		2023	2022			2023	2022
Disponibilidades	4	67.799	18.000	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos	11.a	4.809.097	4.049.636
Instrumentos financeiros		5.325.767	5.209.073	Depósitos interfinanceiros		2.776.496	2.281.390
Títulos e valores mobiliários	4, 5.a e 5.b	357.316	369.431	Depósitos a prazo		1.891.187	1.234.123
Operações de crédito	7.a	4.968.451	4.839.642	Recursos de aceites cambiais		27.031	30.428
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito				Dividas subordinadas		—	274.452
Créditos tributários	7.f	(709.902)	(806.883)	Instrumentos financeiros derivativos	6.a	8.491	9.660
Outros Ativos	14.b	568.531	435.702	Outros passivos instrumentos financeiros		105.892	219.580
Investimentos em participações em Controladas	8	100.350	73.299	Provisões	13	27.237	25.080
Imobilizado de uso	9	594.599	502.537	Contingências		—	—
(-) Depreciações		15.650	15.432	Outros passivos		328.008	797.408
Intangível		(9.272)	(7.622)	Contas a pagar - operações de cartões	12.a	272.022	727.903
(-) Amortização	10	8.870	8.870	Fiscais e Previdenciárias	12.b	16.207	21.180
		(2.804)	(1.029)	Outros passivos	12.c	39.779	48.325
Total do Ativo		5.869.588	5.447.379	Patrimônio líquido	16	705.246	575.255
				Capital social		796.807	510.000
				Reservas de lucros		—	65.257
				Prejuízo acumulado		(91.489)	—
				Outros resultados abrangentes		(72)	(2)
				Total do Passivo		5.869.588	5.447.379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2021	Nota	Reserva de Lucros		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
		Capital social realizado	Reserva Legal			
		300.000	30.685	249.532	—	580.152
Ajuste a valor de mercado de TVM e Derivativos		—	—	63	—	63
Integralização de capital		60.000	—	—	60.000	60.000
Prejuízo do exercício		—	—	—	(64.960)	(64.960)
Destinações do lucro:						
Aumento de capital		150.000	—	(150.000)	—	—
Reserva de lucros		—	—	(64.960)	64.960	—
Saldos em 31 de dezembro de 2022		510.000	30.685	34.572	(2)	575.255
Saldos em 31 de dezembro de 2022		510.000	30.685	34.572	(2)	575.255
Ajuste a valor de mercado de TVM e Derivativos		—	—	(70)	—	(70)
Integralização de capital	16	286.807	—	—	—	286.807
Prejuízo do exercício		—	—	—	(156.746)	(156.746)
Destinações do prejuízo:						
Reserva legal		—	(30.685)	—	30.685	—
Reserva de lucros		—	—	(34.572)	34.572	—
Saldos em 31 de dezembro de 2023		796.807	—	(72)	(91.489)	705.246
Saldos em 30 de junho de 2023		796.807	—	(83)	(42.236)	754.488
Ajuste a valor de mercado de TVM e Derivativos		—	—	11	—	11
Prejuízo do semestre		—	—	—	(49.253)	(49.253)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		796.807	—	(72)	(91.489)	705.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Omni ou Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento. A Omni possui participação nas seguintes controladas diretas no país:

Controladas diretas no país	Percentual de participação	
	31/12/2023	31/12/2022
Agility Gestão e Cobrança Ltda.	89,99%	89,99%
Omni Informática Ltda.	99,99%	99,99%
Omni Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	99,99%	99,99%
Omni S.A. - Arrendamento Mercantil	99,99%	99,99%
Omni Banco S.A.	100%	100%
Independência Participações S.A.	100%	100%

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), subsidiadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de março de 2024.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Apreciação do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **c) Estimativas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os instrumentos financeiros derivativos e créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Omni revisa as estimativas e premissas a cada data da elaboração das demonstrações financeiras. **d) Ativo circulante e realizável a longo prazo:** **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **Títulos e valores mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

(i) Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. **(ii) Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **(iii) Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. **Instrumentos financeiros derivativos:** A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos forem destinados a "hedge", com prazos e taxas iguais ao da operação objeto de "hedge", são contabilizados pelo valor de curva dos contratos, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado conforme Circular nº 3.150/02 do BACEN. Diferencial a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia a dia do balanço. A avaliação das operações de Futuro é efetuada com base no valor de mercado e seu ajuste é registrado no resultado do período. **Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.** As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A Administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações negociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são calculadas de acordo com a classificação das operações mantidas na carteira da Omni em um dos nove diferentes níveis de risco (de AA a H). O aumento da provisão ocorre pela contabilização de novas provisões. As regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) determinam a provisão mínima para cada nível de classificação, de 0% (para casos de operações que não se encontram em atraso) até 100% (para operações com mais de 180 dias em atraso). A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela administração ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

e) Outros ativos: Despesas antecipadas: São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas. Ativos não financeiros mantidos para venda: A Resolução nº 4.747 de 29 de agosto de 2019 dispõe sobre os critérios para reconhecimento e mensuração contábil de ativos não financeiros mantidos para venda pelas instituições financeiras. Correspondentes a bens móveis disponíveis para a venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não recebidos. São ajustados a valor de mercado através de constituição de provisão de acordo com as normas vigentes. **f) Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **g) Imobilizado:** A Resolução nº 4.535 de 24 de novembro de 2016 dispõe sobre os critérios de reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso. Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos. **h) Intangível:** Agio com base na expectativa de rentabilidade futura foi apurado na aquisição de participação societária, fundamentada na rentabilidade futura do investimento. Esse agio é decorrente da diferença entre o valor de aquisição e o valor do patrimônio líquido da controlada, apurado na data de aquisição e amortizado, quando requerem as normas do Banco Central do Brasil, e está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. **I) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** A Resolução CMN nº 4.924 de 24 de junho de 2021 dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábil. É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período. Não foram identificadas perdas por imparidade em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **J) Passivos:** **Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia a dia. **Demais passivos:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações obrigatórias e/ou cambiais incorridas até a data do período. **k) Provisões:** Os passivos contingentes e operações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota. Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudence em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora dia alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma provisão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações. Provisões - São reconhecidas contabilmente quando as opiniões da administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa. Obrigações legais - São reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial. **l) Resultados recorrentes/não recorrentes:** Consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Omni previsto em seu Estatuto Social. Para fins do disposto na Resolução BCB nº 2/20, considera-se resultado não recorrente o resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Omni e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os principais resultados recorrentes estão apresentados a seguir:

	2º Sem 2023	2023	2022
Resultado não recorrente do período	—	14.700	36.133
Lucros Na Alienação de Investimentos Líquidos de impostos ⁽¹⁾	—	—	—
Resultado recorrente do semestre/exercício	(49.253)	(171.446)	(101.093)

(1) Referente a Cessão da totalidade dos direitos e obrigações decorrentes do relacionamento da Companhia com os estabelecimentos no âmbito dos convênios para emissão e operacionalização de cartões "Private Label" no valor de R\$ 24.500 em 2023. Em dezembro de 2022 a Omni CFI alienou 100% de suas ações da empresa Omni 1 Corretora de Seguros S.A. gerando um resultado não operacional.

m) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil e a contribuição social sobre o lucro líquido e calculado com base na alíquota de 15%. **n) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Omni deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e alíquotas decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: - Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência. - Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. - A medida provisória 1.115 de 28 de abril de 2022 majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável às instituições financeiras para 16%, no caso da Omni S/A Crédito Financiamento e Investimento, no período de Agosto à Dezembro/2022. Dessa forma foi constituído ativo fiscal diferido à alíquota de 16% do montante que será realizado entre o período de 01/09/2022 à 31/12/2022 referente ao Crédito Tributário sobre diferenças temporárias relativas à Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e demais provisões passivas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa constituídos por:

Descrição	2º Sem 2023		2023		2022	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Saldos no Início do Período	353.898	314.998	738.467			
Disponibilidades	67.799	67.799	18.000			
Em moeda nacional	67.715	67.715	17.899			
Em moeda estrangeira	84	84	101			
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	231.998	231.998	296.998			
No mercado aberto	229.998	229.998	296.998			
Em depósito interfinanceiros	2.000	2.000	—			
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	299.797	299.797	314.998			
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(54.101)	(15.201)	(423.469)			
Aplicações com prazos de vencimentos variados são resgatáveis a qualquer momento, e utilizadas para gestão de caixa. Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias, liquidez imediata ou apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.						

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	2023		2022	
	Valor	Valor	Valor	Valor
Carteira Própria	45.543	2.521		
Títulos de Renda Fixa - LFT ⁽¹⁾	45.479	2.461		
Cotas de Fundos de Investimentos ⁽²⁾	64	60		
Vinculados a Prestação de Garantias	79.775	69.912		
Vinculados a Dados em Garantias - LFT - Op. de Cartão ⁽³⁾	79.775	69.912		
Total	125.318	72.433		

⁽¹⁾ Disponíveis para venda; ⁽²⁾ Títulos para negociação; ⁽³⁾ Referem-se a garantias oferecidas aos Adquirentes para garantir a liquidação das obrigações futuras com estabelecimentos comerciais disponíveis para venda.

b) Composição por vencimento:

Descrição	2023		2022	
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Valor	Valor
Carteira Própria	1.348	44.195	45.543	2.521
Vinculados a Prestação de Garantias ⁽¹⁾	—	79.909	79.909	69.912
Total	1.348	124.104	125.452	72.433

Os títulos vinculados a prestação de garantias estão marcados a mercado, o valor líquido de impostos é de R\$ 79.829. Os títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 357.316 (R\$ 369.431 em 2022) referem-se a: Aplicações interfinanceiras de liquidez R\$ 231.998 (R\$ 296.998 em 2022) nota 4.a e títulos e valores mobiliários R\$ 125.318 (R\$ 72.433 em 2022) nota 5.a.

Descrição	2º Sem 2023		2023		2022	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Resultado com títulos e valores mobiliários:						
Rendas de aplicação s/ títulos de renda fixa e vinculados a garantia	7.295	19.285	8.673			
Rendas de aplicação s/ cotas de fundos de investimentos	6	20	21			
Prejuízo s/ outras formas de aplicação	(81)	(185)	(193)			
Resultado Bancada	8.505	17.544	44.736			
Em Depósitos interfinanceiros	301	570	290			
Total	16.026	37.234	53.529			

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Omni se utilizou de Instrumentos Financeiros Derivativos para proteger parte das suas exposições ao risco de taxa de juros e variação cambial.

a) Contrato de SWAP CDI x Libor USD
Este swap tem como objetivo fazer proteção da operação de empréstimo em moeda estrangeira (USD) junto ao *International Finance Corporation - IFC*. O fluxo de caixa do swap está conciliado com o fluxo de caixa do empréstimo, com pagamentos de juros semestrais e parcelas de amortizações (USD 5,000) a partir de junho de 2023. Em 31 de dezembro de 2023 a Omni possui a seguinte posição:
O contrato desta modalidade, cujo valor notional atual é de US\$ 10.000 com vencimentos em 15 de dezembro de 2024, com posição ativa (comprada) em dólares e posição passiva (vendida) em CDI. Este valor está calculado pela curva da operação, de acordo com a Circular 3.082.

Descrição	2023		2022	
-----------	------	--	------	--



Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 92.228.410/0001-02

-★ continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Administradores da **Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento - São Paulo - SP**. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade**

da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados

às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F° SP

São Paulo, 27 de março de 2024.

Luciana Liberal Sâmia
Contadora - CRC 1SP198502/O-8

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES
E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL,
FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE



Omni S.A. - Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 18.846.364/0001-52

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. **Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.s as demonstrações financeiras da Omni S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição"), relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhado do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. **Política de distribuição de dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, ou, o aprovado em Assembleia Geral. **Patrimônio Líquido e Resultado:** O patrimônio líquido da Instituição em 31 de dezembro de 2023 é R\$ 11,9 milhões (R\$ 11,9 milhões em dez/2022). O lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é R\$ 1,7 milhões (R\$ 1,3 milhões em 2022).
São Paulo, 26 de março de 2024

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	4	234	1.106	Obrigações fiscais diferidas		1.241	3.158
Instrumentos financeiros	5	13.246	9.055	Outros passivos	9	2.398	1.424
Aplicações interfinanceiras de liquidez		13.246	9.055	Fiscais e previdenciárias		1.740	1.374
Operação de arrendamento mercantil		1.446	6.035	Diversas		658	50
Operação de arrendamento - setor privado	6	2.021	7.854	Patrimônio líquido	10	11.891	11.974
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(575)	(1.819)	Capital Social		10.000	10.000
Outros ativos	8	604	360	De domiciliados no País		10.000	10.000
Total do Ativo		15.530	16.556	Reserva de lucros		1.891	1.974
				Total do Passivo		15.530	16.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Saldo no início do exercício de 2022	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Legal		
Lucro líquido do exercício	10.000	84	539	10.623
Destinações do lucro:				
Reserva legal	-	68	-	(68)
Reserva de lucro	-	-	1.283	(1.283)
Saldo no fim do exercício de 2022	10.000	152	1.822	11.974
Saldo no início do exercício de 2023	10.000	152	1.822	11.974
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.670
Destinações do lucro:				
Reserva legal	-	84	-	(84)
Reserva de lucro	-	-	1.587	(1.587)
Juros sobre o capital próprio	-	-	(753)	-
Dividendos	-	-	(1.000)	-
Saldo no fim do exercício de 2023	10.000	235	1.656	11.891
Saldo no início do 2º semestre de 2023	10.000	172	2.199	12.371
Lucro líquido do semestre	-	-	-	1.273
Destinações do lucro:				
Reserva legal	-	63	-	(63)
Reserva de lucro	-	-	1.210	(1.210)
Juros sobre o capital próprio	-	-	(753)	-
Dividendos	-	-	(1.000)	-
Saldo no fim do exercício de 2023	10.000	235	1.656	11.891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Omni S.A. - Arrendamento Mercantil ("Leasing" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração indeterminado, constituída em 02 de março de 2012 e autorizada pelo BACEN em 05 de setembro de 2012 através do Ofício 080605/2012. A Instituição tem por objeto social a prática exclusiva de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). **Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras:** As alterações advindas das Resoluções CMN nº 4.818/2000 e BCB nº 2 foram incluídas nas Demonstrações Financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de março de 2024.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
a. Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pró-rata para aquelas de natureza financeira. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores há 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. **c. Estimativas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação da realização da carteira de operações de arrendamento mercantil para determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de arrendamento mercantil, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras. **d. Ativos circulante e realizável a longo prazo: Títulos e valores mobiliários:** Conforme regras estabelecidas pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil, a carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis: **i. Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. **ii. Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **iii. Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. **e. Operações de arrendamento mercantil:** A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: **(a) Não cancelamento;** **(b) opção de compra;** e **(c) atualização prefixada:** são contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue: **(i) Arrendamento a receber:** refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente. **(ii) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG):** registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em "Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual" até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN. **(iii) Imobilizado de arrendamento** - O imobilizado de arrendamento é demonstrado ao custo de aquisição, reduzido pela depreciação acumulada, calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, de forma acelerada em 30% e segundo determinação das Portarias MF nºs 140/84 e 113/88, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo total do arrendamento for superior a 40% da vida útil do bem arrendado, ou, de acordo com o artigo 311 do DL 3000/99, quando se tratar de bem usado, onde a taxa de depreciação poderá ser acelerada em até 50%. O valor de custo do imobilizado de arrendamento é incorporado ao cálculo do valor presente das operações de arrendamento mercantil e sua respectiva depreciação é contabilizada no resultado de operações de arrendamento mercantil. **(iv) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de arrendamento mercantil:** A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de arrendamento mercantil foi calculada em atendimento ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (máximo). As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociadas de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de arrendamento mercantil é considerada suficiente pela administração em atendimento ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução referida. **1. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** A Resolução CMN nº 4.924 de 24 de junho de 2021 dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidencição contábeis. É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período. Não foram identificadas perdas por *impairment* em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **g. Resultados recorrentes/não recorrentes:** As políticas internas da Instituição consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social. Para fins do disposto na Resolução BCB nº 2/20, considera-se resultado não recorrente o resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Não identificamos resultados não recorrentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **h. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil. A alíquota atual em vigor para a contribuição social é de 20%. Entretanto, por meio da Medida Provisória nº 1.115/2022, dos períodos de agosto a dezembro de 2022 a alíquota vigente será de 21%; voltando a ser a alíquota anteriormente citada a partir de 2023. **i. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. E entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações. **• Ativos contingentes** - são reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem que sua realização seja líquida e certa. **• Passivos contingentes** - são reconhecidos contabilmente quando a opinião da administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa. **Obrigações legais** - são reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

Descrição	Exercícios	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no Início do Período	Valor	Valor
Disponibilidades	12.302	10.161
Em moeda Nacional	234	234
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.246	13.246
No mercado aberto	13.246	13.246
Total de Caixa e Equivalente de Caixa	13.480	13.480
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	1.178	3.319

Referem-se a operações com prazo original ou inferior a 90 dias, liquidez imediata ou apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	Valor	Valor	Valor
Carteira Própria	13.246	9.055		
Aplicações em depósitos interfinanceiros*	13.246	9.055		
Total	13.246	9.055		

* Aplicação de DI efetuada na Omni S/A Crédito, Financiamento e Investimento à taxa de 100% CDI, com vencimento em 17 de janeiro de 2024.

A DIRETORIA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de Reais, exceto o valor do lucro por ação)

Receitas da intermediação financeira	Nota	2º Semestre		Exercícios	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado de operações de arrendamento mercantil	14a	1.280	2.629	3.944	3.448
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	5b	738	1.380	496	496
Despesas de intermediação financeira					
Operações de Captação no Mercado		-	-	(62)	(62)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.280	2.629	3.882	3.882
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7a	(55)	(463)	(662)	(662)
Outras Receitas Operacionais		115	115	48	48
Receita de prestação de serviços		-	-	7	7
Outras receitas operacionais		115	115	41	41
Outras Despesas Operacionais					
Despesa de pessoal	14b	(380)	(1.049)	(1.871)	(1.871)
Outras despesas administrativas	14d	(291)	(613)	(1.452)	(1.452)
Despesas tributárias	14c	(84)	(177)	(264)	(264)
Outras despesas operacionais		(5)	(7)	(29)	(29)
Resultado antes da tributação sobre o lucro					
Imposto de renda e contribuição social	11	313	438	(46)	(46)
Provisão para imposto de renda		(384)	(900)	(693)	(693)
Provisão para contribuição social		(262)	(579)	(457)	(457)
Ativo fiscal diferido		959	1.917	1.104	1.104
Lucro líquido		1.273	1.670	1.351	1.351
Lucro líquido por ação		0,12730	0,16700	0,13510	0,13510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais - exceto lucro por ação)

Lucro líquido do semestre/exercícios	2º Semestre		Exercícios	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado abrangente do semestre/exercícios	1.273	1.670	1.351	1.351
Resultado abrangente do semestre/exercícios	1.273	1.670	1.351	1.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

MÉTODO INDIRETO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Atividades Operacionais	2º Semestre		Exercícios	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do semestre/exercícios	1.273	1.670	1.351	1.351
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre/exercícios com o caixa gerado pelas atividades operacionais	2.161	5.131	5.712	5.712
Depreciações e amortizações	3.065	6.585	6.154	6.154
Ativo fiscal diferido	(959)	(1.917)	(1.104)	(1.104)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	55	463	662	662
Lucro líquido ajustado	3.434	6.801	7.062	7.062
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	(822)	(786)	(2.490)	(2.490)
Títulos e valores mobiliários			2	2
Operações de Arrendamento Mercantil	(1.494)	(2.459)	1.481	1.481
Outros ativos	672	1.673	1.007	1.007
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	319	(943)	(4.719)	(4.719)
Depósitos	-	-	(4.101)	(4.101)
Outros passivos	319	(943)	(618)	(618)
(-) Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais	(503)	5.072	4.834	4.834
Atividades de financiamento				
Dividendos	(1.000)	(1.000)	-	-
Juros sobre capital próprio	(753)	(753)	-	-
(Aumento)/redução proveniente nas atividades de financiamento	(1.753)	(1.753)	-	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.178	3.319	4.834	4.834
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do semestre/exercícios	13.302	10.161	5.327	5.327
No fim do semestre/exercícios	13.480	13.480	10.161	10.161
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.178	3.319	4.834	4.834

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

12. CONTINGÊNCIAS

A Instituição não é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis, que possam ser classificadas pela administração como perda possível ou provável.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Partes relacionadas	31/12/2023		31/12/2022	
	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
Descrição				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	113	-	-
Omni Banco S.A.	-	-	-	-
Omni Crédito, Financiamento e Investimento	13.246	1.267	9.055	148
Total de Ativos e Receitas	13.246	1.380	9.055	148
Descrição				
Outros passivos	Passivos	(Despesas)	Passivos	(Despesas)
Agility Gestão e Cobrança Ltda.	-	(48)	-	(733)
Omni S/A Crédito, Financiamento e Investimento	7	(16)	-	(62)
Total de Passivos e Despesas	9	(85)	-	(795)

*A empresa Agility Gestão e Cobrança Ltda. foi contratada para a prestação de serviços de gestão da carteira da Instituição, o custo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi R\$ 48 (R\$ 733 em Dez/2022). **b. Remuneração dos empregados e administradores:** De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores.

14. COMPOSIÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO

a) Resultado de Operações de Arrendamento:	2º Semestre		Exercícios	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	

**Omni S.A. - Arrendamento Mercantil**

CNPJ nº 18.846.364/0001-52

-★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Administradores da **Omni S.A. - Arrendamento Mercantil** - São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Omni S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Omni S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2023 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor. A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não

temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos,

contúo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027685/O-0 "F" SPLuciana Liberal Sâmia
Contadora - CRC 1SP198502/O-8**Diário Comercial**PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES
E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL,
FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE